

PT transforma Comissão em foco de tensão com bancada ruralista

por César Felicio
de Brasília

A bancada ruralista na Câmara vai ter que negociar com um ex-padre, militante de comunidades eclesiás de base e líder sindical, para ver seus projetos discutidos na Comissão de Agricultura, que até este ano sempre controlava sem problemas. O deputado federal Alcides Modesto (PT-BA), novo presidente da Comissão, está preparado para uma tensa convivência com os ruralistas e pretende mudar inteiramente o eixo das discussões dentro da Casa.

A sua prioridade é "trazer as massas excluídas para o debate" e "lutar por uma reforma agrária séria". Modesto afirmou que irá relegar a um segundo plano os temas de interesse "dos grandes grupos empresariais", entre os quais cita a negociação em torno de alíquotas de impostos, a correção das dívidas rurais pela TR ou qualquer projeto de anistia financeira. "Estes projetos sempre favorecem os grandes."

A anistia aos devedores do Banco do Brasil foi a iniciativa mais polêmica da Comissão de Agricultura nos últimos anos. Tendo como base o relatório da CPI de Endividamento Agrícola que funcionou em 1993, a Comissão conseguiu no plenário da Câmara a aprovação de um decreto legislativo que obrigava ao BB a devolução de toda a correção monetária cobrada sobre empréstimos entre 1979 e 1993. O total somava mais de uma vez e meia o patrimônio do banco. O projeto acabou engavetado no Senado.

"CATADORES DE COCO"

Entre os grupos que Modesto pretende trazer para participar das discussões dentro da Comissão estão os seringueiros, o movimento dos sem-terra, o movimento dos sitiados rurais que tiveram propriedades desapropriadas pela Companhia Hidro Elétrica do Vale do São Francisco (CHESF) e as organizações dos catadores de

coco. "Há uma série de iniciativas populares na área de agricultura que sempre estiveram excluídas das grandes decisões", justifica o deputado.

Modesto considera tímida a proposta do ministro José Eduardo Andrade Vieira de rever a legislação ambiental para garantir recursos para a realização de 40 mil assentamentos rurais neste ano. "O que se deve fazer é garantir mais recursos orçamentários. Além disso, 40 mil é um número mínimo. Tem que se ampliar muito mais esta discussão, como solução para combater o exôdo rural."

Na oposição a Modesto, o ex-presidente da Comissão e líder do PP na Câmara, Odelmo Leão (MG), avisa que se o novo presidente não negociar com o plenário da Comissão os seus projetos "não verá aprovado sequer um requerimento". Leão calcula que quarenta dos 51 integrantes da Comissão são vinculados à chamada bancada ruralista. "O bom senso tem que prevalecer. O PT precisa entender que é minoria", afirmou.

Uma mostra da resistência dos ruralistas se observou no próprio dia da posse de Modesto na Comissão, quando se tentou driblar o acordo de lideranças que garantiu ao PT a presidência do órgão e patrocinar a candidatura avulsa do deputado Adalberto Lupion (PPR-PR). No final, a candidatura foi impugnada, os ruralistas decidiram votar em branco, e o resultado final foi apertado: 25 votos a 18.

Por não ter obtido maioria absoluta, o deputado Alcides Modesto já tem sua vitória contestada. Um recurso já foi apresentado pelo deputado José Resende (PTB-MG), para anular a votação.

Segundo Odelmo Leão, as grandes bancadas partidárias preferiram concentrar suas atenções nas comissões onde serão discutidas as emendas constitucionais, entregando assim a da Agricultura ao PT, que a colocou como prioridade número um da bancada.

EMPRESARIADO RURAL

Para o presidente do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Pedro de Camargo Neto, as primeiras idéias reveladas por Modesto causam preocupação. "Não se deve pensar em diminuir o escopo da Comissão, excluindo os temas de interesse do empresariado, e sim aumentá-lo". Segundo Camargo, "questões como a do endividamento rural são importantes para os trabalhadores rurais e pequenos proprietários. O Banco do Brasil anteriormente era um instrumento de créditos para

milhões. Hoje é para milhares, em função da alta dos juros. Muita gente foi excluída do sistema de crédito oficial, e é importante que se tente reverter esta situação".

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antônio de Salvo, não hesitou por sua vez em tornar explícito seu inconformismo. Em nota oficial da CNA, ele frisa que "a maior parte dos produtores rurais é filiada aos grandes partidos, e, paradoxalmente, essas legendas não se interessaram pela comissão, permitindo ao PT conquistar a presidência", afirmando estranhar "o rompante de amor pelo PT" demonstrado pelos outros partidos.